Época Normal

Semestral ☐ 1ª Chamada ☒ 2ª Chamada **Anual** 1ª Chamada ☐ 1º Teste ☐ 2º Teste ☐ Global 2ª Chamada ☐

Época Recurso ☐ **Época Especial** ☐ **Exame Especial** ☐

Duração: 2 h 00 m **Tolerância:** 00 minutos ☒ **Com Consulta** Legislação não anotada ☐ **Sem consulta**

Docente: Maria de Lurdes Varregoso Mesquita **Data:** 28 / 06 / 2007

Notas:
- Justifique sempre as suas respostas, indicando ainda, quando for caso disso, a legislação aplicável.

GRUPO A

1 – Distinga:

a) Impostos reais **de** Impostos pessoais;
b) Lançamento **de** Liquidação;
c) Prescrição da dívida fiscal **de** Caducidade do direito à liquidação.

(3x1 valor)

2 – A questão da aplicação da lei fiscal no espaço é resolvida, no ordenamento jurídico português, através da consagração do **princípio da territorialidade**.
Exponha-o, de forma crítica e fundamentada, fazendo o devido enquadramento legal.
(2 valores)

3 – Confronte, quanto à sua **adequação ou desadequação**, os factos a seguir indicados com os **princípios jurídico-constitucionais da tributação**:

a) O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, o aumento da taxa máxima de IRS e veio ainda pôr fim ao direito de reclamação das liquidações de imposto;
b) O Governo, com base em autorização legislativa da Assembleia da República, determinou pôr fim ao quociente conjugal e à isenção do mínimo de existência.

(2x2,5 valores)

GRUPO B

I

Em Janeiro de 2001 foi constituída uma sociedade comercial por quotas entre António e Bernardo. Ficou estipulado no pacto social que a gerência caberia a todos os sócios, porém, desavindo com António, Bernardo renunciou à gerência, a 31/12/2002, e em sua substituição foi designado Daniel.

Em 2003 a sociedade foi notificada da liquidação do IRC referente ao exercício de 2002, no valor de € 100.000,00 mas não procedeu ao pagamento do imposto. Sucede ainda se encontrava também por pagar o IRC relativo ao exercício de 2001.

Face a esta situação de incumprimento foi instaurada a competente execução para cobrança coerciva, tendo a Administração Fiscal verificado, no decurso da execução, que os bens da sociedade não ultrapassavam o valor de € 50.000,00.

1 – Considerando os períodos de gerência e os factos descritos, contra quem deveria reverter a execução?

(2 valores)

2 – Apresente os pressupostos e os termos em que se verificará a reversão da execução.

(1,5 valor)

3 – Diga quais as dívidas que deveriam ser imputadas aos eventuais responsáveis subsidiários, referindo o respectivo regime quanto ao ónus da prova.

(2 valores)

4 – Dispondo a sociedade em causa de Técnico Oficial de Contas, em que medida poderia este agente ser responsabilizado pelas referidas dívidas?

(1 valor)

II

1 – Indique, justificando, a partir de que data caduca o direito à liquidação do IMT devido pela aquisição de um imóvel, ocorrida a 1 de Fevereiro de 2004.

(1 valor)

2 – Reportando-se à dívida de IMT referida na pergunta anterior, diga que garantias tem a administração fiscal para pagamento da mesma.

(1,5 valor)

3 – Joana é professora e lecciona numa escola secundária, tendo aí auferido a quantia de € 15.000,00. Desse valor deveriam ter sido retidos na fonte, a título de IRS, € 2.500,00, porém, a entidade empregadora apenas procedeu à retenção e entrega da quantia de € 500,00.

Diga quem é responsável, e em que termos, pelo valor em falta.

(1 valor)